FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS – UniFTC (Campus: SALVADOR PARALELA)
CENTRO UNIVERSITÁRIO UniFTC (Campus: SALVADOR PARALELA)

ATA DE DEFESA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM BACHAREL EM DIREITO

Nome do Professor Orientador
IRENA PEREIRA DOS SANTOS DE SANTANA

Nomes dos Estudantes Orientandos
1- Bruna Cunha Belau Pereira
2- Clarissa Pereira dos Reis.

Título do Trabalho de Conclusão de Curso
Os impactos da Prisão e Repressão política sobre a vida de Anathildes Neron Neves, durante a Ditadura Militar no Brasil.

Nome dos professores da banca examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso
1) Selmo Alves Júnior
2) Julia Simões Reis
3)

Após análise do trabalho apresentado, à Banca Examinadora composta pelos professores acima identificados, considerou:

(X) APROVADO
( ) APROVADO COM RESSALVAS ( )
REPROVADO

Com a nota final: 100

Após a aprovação com ou sem ressalvas, os orientandos deverão corrigir os aspectos apontados pela banca examinadora como falhos. Para realizar as adequações sugeridas, os estudantes terão um prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a partir deste dia. Após a versão final, deve ser obrigatoriamente solicitado o procedimento de depósito na Biblioteca, junto com este documento em anexo, para disponibilidade de acesso pelo Repositório Institucional da Rede UniFTC.

Data: 16/06/2025

Assinaturas:

Orientador	
Membro da Banca 1	
Membro da Banca 2	
Membro da Banca 3	

ANEXO B

ORIENTAÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TERMO DE COMPROMISSO

CARTA DE ACEITE DO ORIENTADOR/CO-ORIENTANDOR

Salvador, 09 de maio de 2025.

Eu, Irena Pereira dos Santos de Santana, prof.(a) do colegiado de Direito da rede UNIFTC (Salvador), comprometo-me a orientar os discentes abaixo descritos:

Discente 1: Bruna Cunha Belau Pereira Matrícula: 232291033

Discente 2: Clarissa Pereira dos Reis Matrícula: 212291544

Regularmente matriculados no curso de DIREITO, na disciplina de TCC II no semestre 2025.2, e seu trabalho de conclusão de curso intitulado:

OS IMPACTOS DA PRISÃO E REPRESSÃO POLÍTICA SOBRE A VIDA DE ANATHILDE MERON NEVES NA DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964-1985).

Declaro pelo presente instrumento, estar ciente das normas que regem o TCC do colegiado de Direito da rede UniFTC, divulgado por esta Unidade de Ensino, bem como a disponibilização em formato PDF. em sua versão final, para o Repositório Institucional (RI).

Discente 1: Bruna Cunha Belau Pereira e-mail: bruna.cunha@bahiapesca.ba.gov.br

Discente 2: Clarissa Pereira dos Reis e-mail: byclaramorbeck@gmail.com

(assinatura dos alunos):

1- Bruna Cunha Belau Pereira

2- Clarissa Pereira dos Reis

Orientador: Irena Pereira dos Santos de Santana e-mail: irena.santana@ftc.edu.br

Assinatura da Orientadora: Irena Pereira dos Santos

Início da orientação: 31 de janeiro de 2025.

Data da entrega: 09 de maio de 2025.

Para pesquisas de campo encaminhadas ao Comitê de Ética:

Data de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa: 16/05/2025

Número do registro:

(Anotar a data e o nº do registro no CEP)

Salvador, Bahia.

FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS – UniFTC (Campus: SALVADOR PARALELA)
CENTRO UNIVERSITÁRIO UniFTC (Campus: SALVADOR PARALELA)

ATA DE DEFESA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DE GRADUAÇÃO EM BACHAREL EM DIREITO

Nome do Professor Orientador
IRENA PEREIRA DOS SANTOS DE SANTANA

Nomes dos Estudantes Orientandos
1- Bruna Loureiro Belau Pereira
2- Blanissa Pereira dos Reis.

Título do Trabalho de Conclusão de Curso
Os Impactos da Prisão e Repressão Política sobre a vida de Anathildes Neron Neves, durante a Ditadura Militar.

Nome dos professores da banca examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso
1) Júlia Simões Neris
2) Selmo Alves Júnior.
3)

Após análise do trabalho apresentado, à Banca Examinadora composta pelos professores acima identificados, considerou:

(X) APROVADO
( ) APROVADO COM RESSALVAS ( )
REPROVADO

Com a nota final: 100

Após a aprovação com ou sem ressalvas, os orientandos deverão corrigir os aspectos apontados pela banca examinadora como falhos. Para realizar as adequações sugeridas, os estudantes terão um prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a partir deste dia. Após a versão final, deve ser obrigatoriamente solicitado o procedimento de depósito na Biblioteca, junto com este documento em anexo, para disponibilidade de acesso pelo Repositório Institucional da Rede UniFTC.

Data: 16/05/2025

Assinaturas:

Orientador	
Membro da Banca 1	
Membro da Banca 2	
Membro da Banca 3	

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFTC
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

BRUNA CUNHA BELAU PEREIRA

CLARISSA PEREIRA DOS REIS

OS IMPACTOS DA PRISÃO E REPRESSÃO POLÍTICA SOBRE A VIDA DE ANATHILDE MERON NEVES NA DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964-1985).

SALVADOR
2025

CamScanner

BRUNA CUNHA BELAU PEREIRA

CLARISSA PEREIRA DOS REIS

OS IMPACTOS DA PRISÃO E REPRESSÃO POLÍTICA SOBRE A VIDA DE ANATHILDE MERON NEVES NA DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964-1985).

Projeto de pesquisa apresentado ao Curso de Direito da UNIFTC – Salvador, como requisito parcial para aprovação na disciplina TCC 2.

Orientador: Prof. Irena Santana
Coorientador: Prof. Diego Budel

SALVADOR

2025

CamScanner

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFTC
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

ATA DE APROVAÇÃO

BRUNA CUNHA BELAU PEREIRA

CLARISSA PEREIRA DOS REIS

OS IMPACTOS DA PRISÃO E REPRESSÃO POLÍTICA SOBRE A VIDA DE ANATHILDE MERON NEVES NA DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL (1964-1985).

Projeto de pesquisa apresentado ao Curso de Direito da UNIFTC – Salvador, como requisito parcial para aprovação na disciplina TCC 2.

Orientadora: Prof. Irena Santana
Coorientador: Prof. Diego Budel

Aprovado em: 11 de Abril de 2025.

Banca Examinadora

_____

Irena Santana, UNIFTC

_____

(nome do membro interno, titulação e instituição a que pertence).

_____

(nome do membro externo,titulação e instituição a que pertence)

CamScanner

PEREIRA, CLARISSA; CUNHA, BRUNA. **Título: OS IMPACTOS DA PRISÃO E REPRESSÃO POLÍTICA SOBRE A VIDA DE ANATHILDE MERON NEVES NA DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL** subtítulo. Orientador: Irena Santana. 2025. 18 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso – Bacharelado em Direito, Centro Universitário UniFTC, Salvador, 2025

OS IMPACTOS DA PRISÃO E REPRESSÃO POLÍTICA SOBRE A VIDA DE ANATHILDE MERON NEVES NA DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL

Autor 1[1] CLARISSA PEREIRA DOS REIS
Autor 2[2] BRUNA CUNHA BELAU PEREIRA

RESUMO

Este artigo analisa os impactos da prisão e da repressão política na vida de Anathilde Meron Neves durante o regime militar brasileiro, vigente entre 1964 e 1985, por meio de um estudo de caso aprofundado. O objetivo consiste em compreender como a experiência de detenção, marcada por práticas coercitivas, depoimentos forçados e tratamentos degradantes, influenciou profundamente a trajetória pessoal, familiar e profissional da militante. A pesquisa adota abordagem qualitativa, fundamentada na análise documental e em relatos orais, permitindo reconstruir o contexto histórico que resultou em sua prisão. Os dados revelam que a repressão institucionalizada produziu efeitos duradouros sobre a saúde física e mental da presa política, afetando também sua reintegração social após a libertação. As consequências envolveram desde prejuízos emocionais e rupturas familiares até limitações nas possibilidades de atuação profissional. O estudo conclui que o caso de Anathilde Meron Neves exemplifica as múltiplas formas de violência perpetradas pelo Estado autoritário contra opositores políticos, evidenciando a importância da preservação da memória histórica e da valorização dos direitos humanos como mecanismos de justiça e reparação. Ao documentar uma vivência individual sob a ótica dos direitos humanos, o trabalho contribui para a reflexão crítica sobre o legado da ditadura e reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à verdade e à reparação histórica.

Palavras-chave: Anathilde Meron Neves; Ditadura Militar; Direitos Humanos; Prisões Políticas; Repressão Política.

---

[1] Discente de Graduação do Curso de Direito do Centro Universitário UniFTC - Unidade Salvador – BA. E-mail:byclaramorbeck@gmail.com
[2] Discente de Graduação do Direito do Centro Universitário UniFTC - Unidade Salvador – BA. E-mail: bruna.cunha@bahiapesca.ba.gov.br

CamScanner

ABSTRACT

This article analyzes the impact of imprisonment and political repression on the life of Anathilde Meron Neves during the military dictatorship in Brazil, between 1964 and 1985, through an in-depth case study. The study aims to understand how the experience of detention marked by coercive procedures, forced testimonies, and degrading treatmentaffected not only the physical and psychological integrity of the political prisoner but also her personal, family, and professional trajectory. The research adopts a qualitative methodology based on document analysis and interviews, allowing the reconstruction of the historical and political context that led to Neves's imprisonment. The findings indicate that institutionalized repression had long-term consequences on the victim's mental health, in addition to hindering her social and professional reintegration after release. The study concludes that Anathilde Meron Neves's case is representative of the multiple forms of violence employed by the military regime against its opponents, highlighting the importance of memory and historical acknowledgment in the promotion of human rights and transitional justice.

Key-words: Anathilde Meron Neves; Human Rights; Military Dictatorship; Political Imprisonment; Political Repression.

1. INTRODUÇÃO

Estudar os efeitos da prisão e da perseguição política na vida de Anathilde Meron Neves durante a ditadura militar no Brasil é fundamental para entender de que forma essa experiência impactou sua trajetória pessoal, profissional e emocional. A análise busca compreender como a repressão influenciou seus relacionamentos familiares, sociais e profissionais, além de afetar aspectos da identidade individual. Também se pretende observar as estratégias de resistência e adaptação que ela e outros presos políticos desenvolveram para enfrentar o contexto de opressão vivenciado no cárcere.

A investigação parte da tentativa de compreender as razões que levaram à sua prisão e como esse episódio repercutiu em sua memória e no modo como ela testemunha os acontecimentos daquele período. Sua experiência também será analisada no contexto de sua atuação em movimentos de memória e justiça após o fim da ditadura.

A ditadura militar no Brasil (1964-1985) foi marcada por um cenário de repressão política, censura à imprensa e graves violações de direitos humanos. Compreender esse período histórico é essencial para evitar a repetição de práticas autoritárias e fortalecer o

CamScanner

compromisso com os valores democráticos. A documentação das violações cometidas durante esse regime é indispensável para a construção da memória coletiva e para a valorização da democracia.

O estudo de caso em questão busca contribuir com a formação em direitos humanos, despertando a consciência crítica sobre os riscos do autoritarismo e a importância de proteger as liberdades civis. O relato de Anathilde Meron Neves ilustra não apenas os abusos cometidos contra opositores políticos, mas também evidencia a complexidade das experiências individuais em contextos de repressão. Sua vivência permite refletir sobre as marcas deixadas pela tortura e pelo encarceramento político, tanto no plano físico quanto no psicológico.

A análise da violência sofrida por Anathilde representa um esforço de reparação simbólica, e se insere em um debate mais amplo sobre justiça de transição, reparações e memória. Além de lançar luz sobre o passado, esse tipo de estudo nos lembra da importância de garantir que os direitos humanos sejam sempre respeitados e protegidos, especialmente em momentos de instabilidade política.

O golpe militar de 31 de março de 1964 marcou o início de um dos períodos mais sombrios da história brasileira. Com a deposição do presidente João Goulart e a ascensão de militares ao poder, teve início um regime autoritário, cujo controle foi consolidado com a posse do general Castelo Branco. O novo governo logo adotou uma série de medidas para conter qualquer forma de oposição.

Entre os principais instrumentos de repressão estavam o DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) e o SNI (Serviço Nacional de Informações), responsáveis por vigiar, perseguir e eliminar opositores. O Ato Institucional nº 5, decretado em 1968, deu ao regime poderes ainda mais amplos, como o fechamento do Congresso Nacional, a suspensão de direitos e a legalização da censura e da tortura.

O ambiente durante a ditadura era dominado pelo medo e pela censura. A imprensa foi rigidamente controlada, e a liberdade de expressão praticamente suprimida. A perseguição não se restringia apenas aos grupos politicamente organizados, mas também atingia artistas, estudantes, professores e qualquer pessoa considerada "subversiva".

CamScanner

A repressão política do período resultou em inúmeras prisões arbitrárias, desaparecimentos forçados e uso sistemático da tortura. Muitos cidadãos foram detidos sem provas, submetidos a interrogatórios violentos e mantidos em condições desumanas. Os "desaparecidos políticos" tornaram-se símbolo da brutalidade do regime e da negação completa de direitos.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho foi desenvolvido com base em uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e descritivo. A escolha dessa abordagem se deu porque o objetivo principal é entender como a prisão e a repressão política impactaram a vida de uma mulher que viveu esse período da história do Brasil. Para isso, foi utilizado o método do estudo de caso, que permite analisar com mais profundidade a experiência vivida por uma única pessoa durante a ditadura militar.

A coleta de informações foi feita a partir de diferentes fontes. Foram usadas entrevistas, documentos históricos, notícias da época, além de livros e estudos que falam sobre o regime militar e sobre prisões políticas.

A análise seguiu a técnica de análise de conteúdo, que ajuda a identificar temas principais dentro das informações coletadas. Isso permitiu perceber os efeitos da prisão na saúde, na vida familiar e na trajetória profissional da personagem central do estudo. Todo o processo foi feito com cuidado para garantir que as informações fossem tratadas com respeito e responsabilidade, especialmente por se tratar de uma vivência pessoal e sensível.

3. REVISÃO DE LITERATURA

Essa se foi dividida em três partes. A primeira apresenta uma discussão geral sobre a ditadura militar no Brasil. Na segunda apresenta-se a situação da repressão política no país. Na terceira discute-se a questão dos direitos humanos e dos direitos internacionais que foram cerceados.

Até os dias atuais se questiona o porquê de militares do alto escalão do e de patentes altas querem o poder de um país e é possível arriscar uma explicação para esse fenômeno. Os militares procuram preservar a própria mística segundo a qual, em quase todos os idiomas,

CamScanner

as Forças Armadas, por suas virtudes, colocam-se acima dos partidos e da política dos civis (GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada).*

A ditadura no Brasil se deu por uma grande repressão política e que apesar da extinção da ditadura militar a questão de não poder ou poder se expressar livremente ainda é uma problemática no país. O Brasil mostra que o autoritarismo e o arbítrio podem persistir apesar apesar da abertura democrática, das eleições e das reformas constitucionais (PINHEIRO, Paulo Sérgio,1987).

Vários direitos humanos foram violados e uma inercia grande de forças externas sobre o Brasil na época da Ditadura Militar Em 2006, a Organização das Nações Unidas resolveu substituir a antiga Comissão de Direitos Humanos, criada em 1946, por um Conselho da mesma natureza. A razão foi o desvirtuamento que o organismo anterior sofrera ao longo de seus trabalhos, por ingerência de interesses políticos dos Estados-membros e de seus dirigentes nessa renovação caberia eliminar o sistema de condenações aos países que transgredem, ou não levam em conta, os direitos básicos do homem. Nenhum direito que foi violado deve ser esquecido (BELLI, Benoni. 2009. *A politização dos direitos humanos)* e por isso os crimes e as ações indenizatórias por violação de direitos humanos durante a ditadura militar não prescrevem.

3.1. Biografia de Anathilde Meron Neves

Anathilde Meron Neves nasceu na Bahia em 1940, em uma família com quatro irmãos. Em busca de melhores oportunidades de vida e trabalho, ela decidiu se mudar para São Paulo aos 32 anos, no ano de 1972. Sua mudança para a capital paulista foi motivada pela esperança de encontrar novas perspectivas em um ambiente mais promissor.

Após sua chegada a São Paulo, Anathilde contou com a ajuda de amigos que havia feito na cidade para conseguir um emprego como secretária. Ela começou a trabalhar para o renomado artista americano Wesley Duque Lee, que mantinha uma galeria de arte na cidade. Além de atuar como secretária, também desempenhava o papel de modelo para o artista. Sua exposição ao meio artístico e sua proximidade com o ambiente cultural influenciaram sua visão e interesse por arte e pintura.

CamScanner

3.1.1. Envolvimento Político

Embora inicialmente não tivesse envolvimento direto com atividades políticas, o meio em que estava inserida começou a despertar nela um crescente interesse pelas questões políticas. Essa crescente politização foi uma consequência do ambiente e das pessoas com quem ela interagia em sua nova vida.

A prisão de Anathilde Meron Neves ocorre de forma inesperada, quando é surpreendida por dois policiais civis que abordaram alegando que seu carro havia sido recolhido e que ela precisava acompanhá-los para retirá-lo. Surpresa, Anathilde respondeu que não possuía um carro. Mesmo assim, os policiais a agarraram pelo braço e a levaram para um prédio que ela identificou como o Departamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI). Este órgão era uma agência de repressão política subordinada ao Exército, conhecida por encarcerar, torturar e, em muitos casos, eliminar os inimigos do governo durante o regime militar.

Anathilde descreveu o DOI-CODI como um local improvisado, com um estacionamento cheio de carros sucateados, evidenciando a precariedade das instalações. Durante o interrogatório, ela foi questionada sobre sua relação com Joel Rufino, um homem com quem havia iniciado uma relação de amizade recente. Os agentes referiam-se a ela como "a baiana" e estavam particularmente interessados em esclarecer o vínculo dela com Joel.

Figura 1 – DOI-Codi



FIG. 1: Complexo do DOI-Codi na Rua Tutoia, 921. Um dos prédios, hoje, é ocupado por uma delegacia.

CamScanner

Anathilde explicou que conheceu Joel em um cursinho próximo à sua casa e que sua relação com ele não tinha qualquer ligação com questões políticas.

Durante a prisão, compartilhou o espaço com uma mulher chamada Crimeia Teles, que na época estava grávida. Embora não tivessem um vínculo próximo, Crimeia se referia a ela como "baiana" e sempre se dirigia de maneira ríspida. Crimeia, por sua vez, tentava acalmar Anathilde em meio ao caos e ao medo que as cercava ainda que não soubesse utilizar palavras e tons gentis. Apesar de não terem passado muito tempo juntas, o período foi suficiente para que conhecesse um pouco da história dessa mulher forte e guerreira.

Anathilde passou 28 dias detida no DOI-CODI. Ela descreveu a prisão como relativamente leve em comparação com outras situações que presenciou, sugerindo que havia dúvidas sobre seu verdadeiro envolvimento político. Durante esse período, suas condições de detenção eram severas, relatou que recebia alimentação apenas uma vez por dia, não tinha acesso livre ao banheiro e não era permitida a higiene pessoal adequada, o que a levou a urinar nas calças. Durante o relato, menciona-se que, ao solicitar acesso ao sanitário, foi oferecida a opção de usar uma lata de leite como alternativa.

A prisão de Anathilde está diretamente relacionada à sua amizade com cidadãos considerados subversivos durante a ditadura militar, seja por suas posições políticas ou pelas profissões que exerciam. Com Joel Rufino, ela compartilhou momentos significativos, como comemorações de aniversários e festas privadas em sua casa, fortalecendo a relação de amizade e companheirismo.

DITADURA CIVIL-MILITAR, MEMÓRIA E TRAUMA: O TESTEMUNHO DE JOEL RUFINO DOS SANTOS (1941-2015), (Ana Júlia Pacheco, 2019) em seu artigo traz a história de Joel Rufino dos Santos nascido em 1941, no subúrbio de Cascadura, Rio de Janeiro. Formou-se em História pela extinta Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, onde iniciou sua carreira acadêmica. Desde cedo, Joel se engajou na militância política, tornando-se membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Durante do golpe militar em 1964, Joel foi forçado ao exílio, primeiro na Bolívia, onde atuou como jogador profissional no Fútbol Club Bolívar, e posteriormente no Chile, onde

CamScanner

encerrou sua carreira esportiva. Ao retornar ao Brasil em 1967, ele se uniu à Ação Libertadora Nacional (ALN), um importante grupo de resistência armada.

Em 1971, Joel foi preso e condenado a oito anos de detenção pela Justiça Militar. Cumpriu dois anos em regime fechado e, posteriormente, foi liberado sob condicional. Na década de 1980, ele retomou sua trajetória acadêmica, sempre comprometido com a defesa dos direitos humanos.

"É uma experiência limite": o testemunho de ***Joel Rufino dos Santos****.*

Em uma entrevista com os historiadores Amauri Mendes Pereira, Amilcar Araujo Pereira e Verena Alberti para a revista Estudos Históricos, Joel Rufino menciona novamente a tortura que sofreu, enfatizando a relação entre culpa e vergonha ligada à delação. Ao ser questionado sobre suas memórias, ele reflete: "O que você sente ao recordar esse episódio de tortura?"

> *Bom, primeiro, eu acho que é inenarrável. Não dá para narrar, que você só experimenta quando está para morrer. A sensação é essa. Chega uma altura que não faz mais diferença viver ou morrer. Se morrer é melhor – você chega a pensar isso. Mas quando você não morre, você se culpa por não ter morrido.*
> *Esse é um problema do torturado. Porque, se você sobreviveu, alguma coisa você falou. Seja mentira, seja verdade, seja para enganar os torturadores, foi alguma coisa que você falou que livrou a sua cara. E você aí, depois, fica: "Eu não devia ter falado, devia ter morrido". Isso acompanha você durante um tempo. E passam anos e você parece que não esquece nunca. Você não consegue superar, tirar aquilo de dentro de você (SANTOS, 2013, p. 506).*

CamScanner

No testemunho do professor, nota-se um esforço para estabelecer coerência e continuidade ao relatar sua experiência traumática, que, como ele menciona nas entrevistas, é repleta de rupturas. O esquecimento não se configura como uma alternativa para sua redenção; suas vivências, ao serem narradas de forma individual como a memória de um sobrevivente do regime civil-militar, estão interligadas às de outras pessoas, ressaltando assim uma dimensão coletiva da repressão.

Criméia Alice Schmidt de Almeida, militante e ex-guerrilheira no Araguaia, iniciou sua trajetória política durante o ensino médio. Cursou Enfermagem na Faculdade Ana Nery, no Rio de Janeiro, onde foi presidente do diretório estudantil em 1968. Após o AI-5, foi presa no Congresso de Ibiúna e, em seguida, entrou na clandestinidade. Como militante do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), dirigiu-se à região onde se iniciaria a Guerrilha do Araguaia.

Grávida, Criméia assumiu a responsabilidade pela comunicação entre os guerrilheiros e o partido, realizando viagens periódicas. Em uma dessas missões, foi detida em São Paulo pela Operação Bandeirante (Oban) e levada ao DOI-Codi, juntamente com sua irmã, Amélia Teles, seu cunhado e seus dois sobrinhos. Mesmo grávida de sete meses, ela foi submetida a torturas. Em depoimento à Comissão Estadual da Verdade “Rubens Paiva”, na Assembleia Legislativa de São Paulo, Criméia relatou que um suposto médico supervisionava suas torturas, afirmando: “Ela aguenta a tortura nos pés e nas mãos, só não pode espancar a região da barriga.”

Posteriormente, foi transferida para Brasília, onde continuou a ser torturada até o nascimento de seu filho, sob constantes ameaças de que ele não sobreviveria. Após o parto, Criméia foi impedida de ver o bebê, e só conseguiu recuperá-lo 53 dias após o nascimento, encontrando-o desnutrido e dopado. Crimeia se eternizou nas lembranças da Anathilde, foi uma figura muito importante para um momento tão difícil em que compartilharam.

Anathilde foi investigada e monitorada, e, após os policiais chegarem à conclusão de que ela tinha pouca influência e um envolvimento superficial com os subversivos, foi libertada da prisão. Ao ser liberada, recebeu uma advertência direta: "Não vai se misturar com os seus amigos comunistas, hein, baiana?" Essa afirmação ilustrava o controle e a

CamScanner

vigilância incessantes que o regime exercia sobre os indivíduos, mesmo aqueles considerados menos ameaçadores, reforçando o clima de medo e desconfiança que permeava a sociedade.

Após a sua libertação, Anathilde sentia um alívio misturado a um profundo medo e trauma. Na tentativa de entender sua situação, buscou se reconectar com amigos próximos, mas se deparou com portas fechadas e um silêncio constrangedor. A solidão e o medo tornaram-se companheiros constantes em sua vida pós-prisão. Para realizar conversas importantes, os encontros eram discretamente agendados em consultórios médicos, onde podiam se comunicar às escondidas, longe de olhares curiosos e da vigilância do regime. Essa necessidade de segredo apenas acentuava seu sentimento de isolamento e desamparo em um mundo que se tornava cada vez mais hostil.

Motivada pelo intenso medo de ser presa novamente, Anathilde decidiu deixar o Brasil. Para isso, vendeu todos os seus pertences de valor, incluindo móveis, eletrodomésticos e outros bens. Em busca de liberdade e segurança, fugiu para a França.

3.1.1.1. O caso de Anathilde Meron Neves no Contexto Internacional

Durante a Ditadura Militar no Brasil, que aconteceu entre 1964 e 1985, o país já era signatário de importantes tratados internacionais sobre direitos humanos, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e, mais tarde, o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, assinado em 1966. Apesar disso, esses compromissos foram, na prática, ignorados pelo regime militar. Nesse período, houve violações sistemáticas de direitos, como censura, prisões arbitrárias, tortura e desaparecimentos forçados, ações que iam completamente contra princípios básicos como o respeito à dignidade humana e ao devido processo legal.

O Brasil, mesmo estando formalmente ligado ao direito internacional, manteve uma postura de silêncio diante das denúncias externas. Faltava fiscalização e, durante muitos anos, essas práticas aconteceram com pouca ou nenhuma consequência no cenário internacional. Só nos últimos anos da ditadura, com o aumento da pressão de organizações como a ONU e a OEA, o país começou a ser mais cobrado a respeito de suas ações internas. Esse movimento ajudou a impulsionar o fim do regime. A partir da Constituição de 1988, o Brasil passou a assumir um compromisso mais claro com os direitos humanos, incluindo o respeito a eles nas suas relações com outros países algo que antes não acontecia de forma efetiva.

CamScanner

Quando falamos desse período sombrio, é impossível não lembrar das pessoas que viveram sob perseguição. A história de Anathilde Meron Neves é um exemplo marcante. Com medo de ser presa novamente, ela foi forçada a fugir do Brasil. Para isso, teve que vender tudo o que tinha móveis, eletrodomésticos, objetos pessoais e buscar segurança em outro país. Ela escolheu a França como refúgio, na esperança de encontrar liberdade e paz.

Esse episódio da vida de Anathilde também nos faz refletir sobre algo muito importante: o direito ao asilo. Segundo a Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados, toda pessoa que tiver um medo real de perseguição em seu país de origem por motivos políticos, religiosos ou outros tem o direito de buscar proteção em outro lugar. É exatamente o que aconteceu com ela. Sua fuga não foi só uma escolha, foi uma necessidade de sobrevivência diante de um regime que prendia, torturava e até matava quem era contra o sistema.

A França, sendo parte dessa Convenção, tinha o dever de acolher e analisar seu pedido. O direito ao asilo existe justamente para garantir que pessoas em situações como essa possam recomeçar suas vidas em segurança. Não se trata apenas de escapar de um país, mas de ter a chance de viver com dignidade, sem medo constante.

Além disso, o exílio vivido por muitos brasileiros na época da ditadura também era uma forma de resistência. Não estavam apenas fugindo: estavam se posicionando contra um governo autoritário. Mesmo longe, continuavam lutando por liberdade, por democracia e por justiça. O Direito Internacional reconhece essa luta e protege o direito de ir embora e de voltar ao país de origem sem ser punido por isso algo garantido também pela Declaração Universal dos Direitos Humanos.

No fim das contas, a história de Ana é muito mais do que um caso isolado. É um retrato das violências e das perdas causadas por um regime que desrespeitou os direitos fundamentais. Mas também é um exemplo de força, de resistência e de como o Direito Internacional pode servir como proteção quando os direitos mais básicos são ameaçados.

4. O DIREITO DAS VÍTIMAS DA DITADURA MILITAR

A ditatadura militar no Brasil fez diversas vitimas e causou danos a cidadãos brasileiros, incluindo tortura, desaparecimento forçado, prisão arbitrária e outros abusos. É possível que a vitima da ditadura militar busque reparação dos danos sofridos a qualquer momento ou seja não existe prescrição para o crimes ourindos da ditaura militar, desta forma é aplicada a sumula 647 do Superior Tribunal de Justiça, que diz:

CamScanner

> “São imprescritíveis as ações indenizatórias por danos morais e materiais decorrentes de atos de perseguição política com violação de direitos fundamentais ocorridos durante o regime militar."

Sendo assim , é afastada a hipotese de prazo prescricional que é utilizada em casos de ações idenizatorias. A responsabilidade civil por atos praticados na ditadura militar pode ser da União ou Estado o que precisa ser observado é de qual forma foi cometido o crime e quem de fato precisa ser responsabilizado e incluido no polo passivo da ação. Cabe salientar, que o entendimento do STJ é que se o polo passivo for composto por agentes publicos o crime prescreve como pode ser obsrvado em julgado da 4ª Turma. REsp 2.054.390-SP, Rel. Min. Marco Buzzi, Rel. para acórdão Min. Maria Isabel Gallotti, julgado em 29/11/2023 (Info 799). Outro ponto que precisa ser analisado é se o agente publico cometeu o crime em exercicio da sua função, pois é um fator determinante para ser utilizada a teoria do risco administrativo.

A teoria do risco administrativo defende a ideia em que o Estado possui a responsabilidade objetiva pelos crimes cometidos por seus agentes publicos e está positivada no art. 37, § 6º da Constituição Federal.

Apesar de existir a Lei da Anistia, sancionada em 28 de agosto de 1979, que traz o perdão a todos que foram punidos por crimes politicos ou conexos na ditadura militar o STF vem reiterando a impossibilidade de utiliza-la no ambito da responsabilidade civil do Estado e somente no ambito penal e basta a comprovação do dano sofrido pela vitima e do nexo causal entre a conduta do Estado e a vitima.

Outrossim, é importante destacar que é possivel cumular idenização por dano moral tanto a esfera administrativa quanto na esfera judiciaria, conforme **Lei nº 10.559/2002** (**Lei da Anistia Política**) e também estabelecido na a **Súmula 624.**

5. RESULTADOS E DISCURSÕES

Este trabalho de TCC trata-se de um estudo de caso, com foco na trajetória de Anathilde Meron Neves durante e após a Ditadura Militar no Brasil.

Ao analisar a história de Anathilde Meron Neves, fica claro o quanto a repressão política durante a ditadura militar brasileira mexeu com a vida das pessoas de forma direta e dolorosa. A prisão dela não foi só um momento de perda de liberdade, mas marcou sua vida por completo. Ela teve a carreira interrompida, foi afastada de amigos e familiares, e sofreu bastante no lado emocional, sentimentos como medo, angústia e insegurança passaram a fazer parte do seu dia a dia.

CamScanner

Uma das atitudes mais fortes que ela tomou foi a de deixar o país. Com medo de ser presa de novo e talvez sofrer ainda mais do que da primeira vez Anathilde vendeu tudo que tinha: móveis, objetos de valor e o que mais pudesse ajudar a levantar algum dinheiro. Ela foi para a França, em busca de liberdade. Isso mostra como, naquela época, muitas pessoas precisavam abrir mão de tudo para simplesmente conseguir viver em paz.

Esse tipo de fuga não foi só uma forma de escapar do perigo, mas também uma resistência. Mesmo longe, ela continuou falando sobre o que acontecia no Brasil, participou de movimentos e manteve viva a luta pela democracia. Isso mostra como o exílio pode ser mais do que uma retirada: pode ser uma forma de continuar lutando, mesmo de fora.

O direito ao asilo, garantido pelo Direito Internacional, serve justamente para casos como o dela. Quando alguém é perseguido por motivos políticos, como aconteceu com tantos durante a ditadura, essa pessoa tem o direito de procurar abrigo em outro país. E foi isso que a França fez ao acolher Anathilde, respeitando esse direito que protege vidas em risco.

Além disso, o exílio teve outros efeitos na vida dela. Ela perdeu contato com pessoas próximas, ficou distante da família e sentiu a solidão de estar em outro país, longe de casa, por causa de uma situação que ela não escolheu. Esses impactos mostram como a ditadura afetou não só o corpo, mas também os sentimentos, as relações e o futuro das pessoas.

Depois que voltou ao Brasil, Anathilde passou a participar de iniciativas ligadas à memória e aos direitos humanos. Ela compartilhou sua história em entrevistas e projetos, ajudando a manter viva a lembrança do que foi a ditadura justamente para que isso nunca mais se repita. O seu relato mostra que lembrar é também uma forma de resistir e de buscar justiça.

Comparando a história dela com o que outros autores e estudiosos falam sobre a repressão na ditadura, dá pra ver que muitos passaram por situações parecidas. A história da Anathilde representa uma entre tantas outras, mas é também um símbolo da força de quem resistiu.

No fim das contas, os resultados da pesquisa mostram que a repressão política afetava todos os aspectos da vida das pessoas. A história da Anathilde ajuda a entender melhor esse período difícil e reforça a importância de manter viva a memória, de proteger os direitos humanos e de não deixar que esse tipo de coisa volte a acontecer.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS OU CONCLUSÃO

CamScanner

O relato de Anathilde Meron Neves é um poderoso testemunho dos efeitos devastadores da repressão política. Sua experiência ilustra não apenas o sofrimento causado pela prisão, mas também as consequências sociais e psicológicas de viver sob um regime autoritário.

A memória social e a luta pela verdade e justiça são temas importantes na reflexão sobre a ditadura militar no Brasil o estudo de caso da Anathilde Meron Neves traz importantes observações sobre a violação dos Direitos Fundamentais das vítimas que foram presas de forma ilegal durante o período da ditadura militar. A sociedade brasileira e é sedenta por buscar respostas e soluções para lidar com os traumas do passado. Existe uma mazela aberta sobre este tema, alguns pesquisadores, filósofos e doutrinadores estão incumbidos e voltados para preenchê-la. Com isso, nota-se a riqueza em poder ter acesso a uma sobrevivente da ditadura militar no Brasil, o quão importante é o projeto e o quanto poderá impactar na sociedade.

Existe uma dificuldade quando a questão é documentação probatória sobre violação dos direitos fundamentais da Ana e de outras vítimas, afinal todas as condutas eram cometidas pelos militares de forma ilegal, logo não existia interesse em deixar registros. Em vista disso, Essas abordagens teóricas ajudam a compreender não apenas a ditadura militar em si, mas também suas repercussões duradouras na sociedade brasileira até os dias atuais.

O trauma enfrentado durante a detenção perdurou mesmo após a libertação. O medo constante de ser novamente perseguida resultou em um isolamento de amigos e aliados, criando uma barreira entre ela e o mundo ao seu redor. Essa solidão reflete o impacto profundo que a repressão exerce sobre as relações humanas, dificultando a confiança e a solidariedade em uma sociedade marcada pela desconfiança.

A necessidade de se encontrar em consultórios médicos e outros locais discretos para conversar evidencia a perda de liberdade que indivíduos nessa situação experimentam. O medo de represálias transforma interações sociais normais em atos clandestinos, revelando como a repressão pode corroer o tecido social e silenciar vozes que deveriam ser ouvidas.

A decisão de deixar o país representa um último recurso em busca de segurança e dignidade. Vender bens e abandonar uma vida familiar é um sacrifício doloroso, mas reflete a urgência de escapar de um ambiente opressivo. Essa escolha também levanta questões sobre as consequências da migração forçada, onde a busca por um novo lar frequentemente é acompanhada de incertezas e desafios adicionais.

CamScanner

Esse testemunho não é apenas singular, representa a história de muitos que sofreram sob a repressão política. Serve como um lembrete da importância da memória e da luta pela verdade e justiça. O reconhecimento das experiências vividas por aqueles que foram perseguidos é essencial para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Em última análise, essa trajetória destaca a resiliência do espírito humano, mesmo diante das mais profundas adversidades. Essas vivências nos instigam a refletir sobre a importância da liberdade, dos direitos humanos e da necessidade de proteger e apoiar aqueles que enfrentam opressão.

Os filósofos Theodor Adorno e Max Horkheimer, integrantes da Escola de Frankfurt, abordam a repressão política em suas obras, oferecendo uma análise crítica das sociedades modernas. Em "Dialética do Esclarecimento", eles discutem como a razão instrumental e a cultura de massa podem levar à conformidade e à aceitação da opressão.

Adorno e Horkheimer argumentam que a cultura de massa, enquanto forma de entretenimento, serve para distrair e pacificar a população, obscurecendo as realidades sociais e políticas. Essa "indústria cultural" contribui para a normalização da repressão, tornando os indivíduos menos propensos a questionar a autoridade.

Eles também refletem sobre a tensão entre dominação e emancipação, sugerindo que a crítica à razão e à cultura dominante é fundamental para a libertação dos indivíduos. A repressão, portanto, não é apenas uma questão política, mas também uma questão cultural e psicológica.

A análise do conceito de repressão política, especialmente à luz das contribuições de Adorno e Horkheimer, revela como a opressão se infiltra na vida cotidiana e na cultura. Compreender essas dinâmicas é crucial para a luta por direitos humanos e a promoção de sociedades mais justas e democráticas. Ao estudar o impacto da repressão na vida de indivíduos como Anathilde Meron Neves, é possível ver em ação os efeitos desumanizadores e destrutivos dessa experiência.

REFERÊNCIAS

CamScanner

CRIMEIA DE ALMEIDA. Disponível em: https://memoriasdaditadura.org.br/personagens/crimeia-de-almeida/. Acesso em: 11 abr. 2025.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

NEVES, Anathilde Meron. Entrevista concedida ao autor. Salvador, 2024.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Autoritarismo e repressão*. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

RUFINO, Joel. Título do artigo. *Escritas do Tempo*, v. 2, n. 10, p. 2619-2625, 2021.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. *Psicologia Clínica*, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pc/a/MR9ZV4LSbq8Dmq5C6WfTkvP/?lang=pt. Acesso em: 11 abr. 2025.

BELLI, Benoni. 2009. *A politização dos direitos humanos: o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas e as resoluções sobre países* São Paulo: Perspectiva.

CamScanner